



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS – AVALIAÇÃO AMBIENTAL DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS VI E VIII DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO À LUZ DA AGENDA 2030 DA ONU

Antonio Vinicius Lamblet Mafort¹; Rafael Pereira Machado²; Ana Carolina Rodrigues³; Maria Inês Paes Ferreira⁴.

1. Instituto Federal Fluminense – Biólogo, Mestrando em Engenharia Ambiental (PPEA/IFF) – E-mail de contato: viniciusmafort@hotmail.com.
2. Centro Interescolar de Agropecuária José Francisco Lippi/ Instituto Federal Fluminense – Engenheiro Ambiental, Mestre em Engenharia Ambiental (PPEA/IFF).
3. Instituto Federal Fluminense – Discente do curso de Engenharia Ambiental do IFF, *Campus* Guarus.
4. Instituto Federal Fluminense – Pós-doutora em Gestão Integrada dos Recursos Naturais (VIU/ Bolsista CAPES), Docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEA/IFF).

Resumo:

Convivemos com o desafio de estabelecer estratégias de conservação ambiental baseadas em processos participativos de governança e gestão ambiental, com vistas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas. Buscando a concretização destes objetivos, em seu âmbito geral, faz-se necessária a proposição de novas alternativas para promover prosperidade para todos no planeta. Mais especificamente no que diz respeito ao uso sustentável dos recursos hídricos, o ODS 6 relaciona-se inequivocamente ao ODS 14 (traduzido pelo Ministério do Meio Ambiente como “Vida na Água”), cujo alcance depende de ações integradoras das políticas de gestão das águas como as de gerenciamento costeiro. De importância estratégica, os territórios costeiros caracterizam-se por possuir um mosaico de ecossistemas que abriga enorme biodiversidade, sendo palco de interesses econômicos conflitantes e associados a uma desordenada expansão urbana. As diversas atividades econômicas neles concentradas dependem e afetam direta e indiretamente os ambientes costeiros e marinhos, assim como suas águas superficiais. Nas Regiões Hidrográficas VI e VIII do Estado do Rio de Janeiro, destaca-se a presença do turismo de veraneio e de atividades de apoio à produção industrial, sobretudo aquelas ligadas à exploração do petróleo *offshore*, que influenciam o uso e a ocupação das terras territórios, assim como suas demandas hídricas. A minimização dos impactos negativos e a universalização do saneamento e do acesso à água estão diretamente associadas à busca de uma política de sustentabilidade e é indissociável da capacidade de prosperar de uma população, levando-nos à proposição do neologismo “prosperabilidade”. Objetiva-se com o presente trabalho apresentar a metodologia “avaliação de prosperabilidade”, aplicada nas RHs VI e VIII do ERJ, tendo as representações atuantes em Comitês de Bacia e Conselhos de Unidades de Conservação como pontos focais para a reflexão acerca de políticas públicas sustentáveis. Os resultados apontam para a atuação da sociedade civil e a existência de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos estruturado a níveis estadual e federal como principais pontos fortes para o alcance do ODS 6.

Palavras-chave: *prosperabilidade*, Rio de Janeiro, desenvolvimento sustentável, ODS.

Instituição de fomento: CNPq e CAPES.